

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 31 de dezembro de
2020 com Relatório do
Auditor Independente

Banco Randon S.A.

CNPJ 11.476.673/0001-39

NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 17 de fevereiro de 2021.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon, disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades BNDES Finame, CDC, *floor plan* e *vendor*, empréstimos nas modalidades de capital de giro, crédito consignado e crédito pessoal, além de desconto de recebíveis. Também são ofertados serviços financeiros, tais como cessão de direitos creditórios e investimentos. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon.

O ano de 2020 entrou para a história do Banco Randon, não apenas pelos recordes em receitas, volumes financiados e carteira de crédito. Este foi o ano do 10º aniversário de fundação do Banco. Ainda que a pandemia espalhada por todo o planeta siga limitando o convívio social e a movimentação de pessoas, o período contou com uma combinação positiva de fatores que refletiram nos negócios: o desempenho dos mercados de atuação do Banco, as ações para o controle de eficiência operacional iniciadas ainda nos meses mais impactados pela pandemia, e os investimentos em tecnologia foram a base para a ampliação dos negócios e da produtividade. Tudo isso suportado pelo elevado nível de responsabilidade nas concessões de crédito e pela qualidade da carteira de ativos de crédito ao longo dos últimos anos, contribuindo para os resultados alcançados no ano de 2020. Neste período, observamos ainda a recuperação de alguns indicadores econômicos e dos índices de confiança do país, apresentando boas perspectivas para os negócios. Porém, é preciso cautela, pois ainda existe um contexto de incertezas e possíveis efeitos colaterais da pandemia, como a escassez de alguns produtos e, por consequência, o aumento da inflação, além da possibilidade de uma segunda onda da COVID-19.

O comitê corporativo de contingência, formado pela alta gestão, foi ágil na tomada de ações fundamentais para preservação da saúde de funcionários e de suas famílias, reforçando protocolos de higiene e estimulando o trabalho remoto, para buscar maior distanciamento social. Ainda assim, um dos aprendizados da pandemia é que, mesmo em períodos de dificuldade, é importante continuar realizando ações para crescer, se desenvolver e prosperar. E para que isso aconteça é necessário investir, inovar e incentivar as boas ideias. Tivemos diversas ações nesse sentido que serão mantidas e ampliadas, em frentes de inovação ligadas à criação de startups, parcerias para o processo de transformação digital, e a oferta de serviços de alto valor agregado para os clientes do segmento logístico. Com isso, encerramos o ano em que, mais do que resultados, mostramos que nossas iniciativas em inovação, eficiência e protagonismo nos fazem cada vez mais sustentáveis e fortalecem o propósito de conectar pessoas e riquezas, gerando prosperidade.

Carteira de Crédito: Rating, Provisionamento e Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo

A carteira de ativos de longo prazo do Banco apresentou crescimento relevante no exercício de 2020. O repasse de valores recebidos através do BNDES FINAME tiveram variação superior a 58%, conforme carteira passiva na tabela a seguir:

Valores em milhares de reais	Circulante		Exigível a Longo Prazo		Total Carteira	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
FINAME	110.030	67.699	234.372	155.125	344.402	222.824
BNDES	4.645	-	4.233	-	8.878	-
Total	114.675	67.699	238.605	155.125	353.280	222.824

Tabela 1 - Obrigações por empréstimos e repasses no País - BNDES FINAME

A provisão de créditos para liquidação duvidosa corresponde a 1,3% da carteira de crédito no exercício de 2020 (1,6% em 31/12/2019). Essa redução reflete o crescimento da carteira, mantida a adequada análise do perfil de risco dos clientes, somada ao êxito obtido na cobrança ativa dos clientes inadimplentes.

Valores em milhares de reais	Nível de risco	% provisão	Carteira de crédito 31/12/2020		Carteira de crédito 31/12/2019	
			Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
	AA	0,00%	-	-	512	-
	A	0,50%	283.194	1.416	345.849	1.729
	B	1,00%	516.040	5.160	177.684	1.777
	C	3,00%	25.746	772	9.281	278
	D	10,00%	138	14	675	68
	E	30,00%	3.982	1.195	3.376	1.013
	F	50,00%	1.733	866	-	-
	G	70,00%	59	42	3	2
	H	100,00%	1.659	1.659	3.761	3.761
	Total		832.551	11.124	541.141	8.628

Tabela 2 - Composição da carteira de crédito por nível de risco

Tomando por base a tabela acima, destacamos as principais variações observadas no nível de risco da carteira:

- *Rating "B"*: atrasos de 15 a 30 dias, representando provisão adicional de R\$3.383 mil em relação a 31/12/2019.
- *Rating "F"*: atrasos de 121 a 150 dias, apresentando provisão adicional de R\$866 mil em relação a 31/12/2019.
- *Rating "H"*: atrasos acima de 180 dias, apresentando reversão de provisão de R\$2.102 mil em relação a 31/12/2019.

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de *rating*, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco seja comunicado da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de *rating* ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

Ao fim do exercício de 2020, o Banco conta com R\$2.520 mil em carteira de créditos baixados para prejuízo (R\$2.847 mil em 31/12/2019). No exercício de 2020 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$1.876 (R\$3.263 em 2019).

Funding, Captação e Aplicação de Recursos

O *funding* para suportar as operações de crédito do Banco é captado no mercado e através da Controladora Randon S/A Implementos e Participações, além dos repasses de recursos do BNDES. Os ativos financeiros negociados são Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI), Certificados de Depósito Bancário (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), Letra Financeira (LF) e Letra Financeira Garantida (LFG), sendo esta última disponibilizada pelo Banco Central do Brasil no âmbito da Linha Temporária Especial de Liquidez, com garantia em ativos financeiros, conforme Resolução nº 4.795, de 02 de abril de 2020.

O prazo médio das captações é de três anos, remunerados a taxas de até 183% do CDI para operações a taxas flutuantes e de até 6,8% ao ano a taxas pré-fixadas. Ao final do exercício de 2020, o Banco contava com 36 clientes passivos (25 clientes ao final de 2019).

Nas operações realizadas no mercado interbancário para aplicações de liquidez imediata, o Banco considera limitadores em relação ao Patrimônio de Referência, e realiza negócios com instituições financeiras cuja classificação de *rating* mínimo seja AA+ ou equivalente.

Para controle do nível de liquidez, o Banco adota em seus procedimentos a manutenção de caixa mínimo, que deverá atender a despesas e obrigações projetadas conforme base de dados histórica.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no exercício de 2020, bem como no exercício de 2019.

Principais indicadores do período

- Receita da Intermediação Financeira no exercício de 2020 de R\$ 63.856 mil, 21% maior do que no exercício de 2019;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 4.452 mil, contra reversão de R\$485 mil no exercício de 2019;
- EBITDA de R\$15.151 mil, 12% maior do que no exercício de 2019;
- R\$ 8.366 mil de lucro líquido em 2020, contra R\$ 8.047 mil no exercício de 2019.

Negócios sociais

O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), que foi fundado em 2003, é uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público, que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: a) Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social com menos oportunidades sociais e econômicas, para o exercício da cidadania; b) Programa Florescer – Iniciação Profissional, que prepara jovens de 15 a 16 anos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, e c) Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Ademar Salvador – Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Jaime Marchet - Diretor Administrativo

Augusto Giongo Letti - Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Building a better
working world**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', written over a horizontal line.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		567.213	387.397
Disponibilidades	6	9.640	7.012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	2.299	2.578
Aplicações em operações compromissadas		2.299	2.578
Instrumentos financeiros		545.091	366.150
Títulos e valores mobiliários	7	11.587	11.276
Operações de crédito	8.a	525.593	353.762
Outros créditos	8.a	7.911	1.112
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(6.863)	(5.314)
Operações de crédito		(6.824)	(5.309)
Outros créditos		(39)	(5)
Ativos fiscais correntes e diferidos		76	-
Outros ativos	9	16.970	16.971
Créditos diversos		118	57
Outros valores e bens		16.852	16.914
Bens não de uso próprio		18.701	17.126
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(2.048)	(253)
Despesas antecipadas		199	41
Não circulante		302.916	187.604
Realizável a longo prazo		302.462	187.301
Instrumentos financeiros	8.a	299.047	186.267
Operações de crédito		299.047	186.267
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(4.261)	(3.314)
Operações de crédito		(4.261)	(3.314)
Ativos fiscais correntes e diferidos	20	7.553	4.246
Outros ativos	9	123	102
Créditos diversos		123	102
Permanente	10	454	303
Imobilizado de uso		607	514
Intangível		585	453
Depreciações e amortizações acumuladas		(738)	(664)
Imobilizado de uso		(398)	(361)
Intangível		(340)	(303)
Total do ativo		870.129	575.001

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		261.301	180.586
Depósitos e demais instrumentos financeiros		244.202	172.050
Depósitos	11	103.615	102.773
Depósitos interfinanceiros		101.777	85.646
Depósitos a prazo		1.838	17.127
Obrigações por emissão de letras financeiras	12	25.908	-
Obrigações por empréstimos e repasses	13	114.675	67.699
Dívida subordinada	14	4	1.578
Provisões	15	-	3
Riscos cíveis e trabalhistas		-	3
Obrigações fiscais correntes e diferidas	16	6.497	4.183
Outros passivos	17	10.602	4.350
Fornecedores		5.800	171
Salários e encargos		834	721
Cobrança de arrecadação de tributos e assemelhados		7	536
Fiscais e previdenciárias		862	565
Sociais e estatutárias		2.443	2.308
Outras obrigações diversas		656	49
Exigível a longo prazo		456.694	309.471
Depósitos e demais instrumentos financeiros		455.878	309.047
Depósitos	11	157.273	93.922
Depósitos interfinanceiros		17.255	-
Depósitos a prazo		140.018	93.922
Obrigações por empréstimos e repasses	13	238.605	155.125
Dívida subordinada	14	60.000	60.000
Provisões	15	683	424
Riscos cíveis e trabalhistas		683	424
Outros passivos	17	133	-
Sociais e estatutárias		133	-
Resultado de exercícios futuros	18	2.091	1.306
Resultado de exercícios futuros		2.091	1.306
Patrimônio líquido	19	150.043	83.638
Capital social			
De domiciliados no país		135.000	75.000
Reservas de lucros		15.002	8.623
Legal		2.365	1.947
Estatutária		12.637	6.676
Ajustes de avaliação patrimonial		41	15
Total do passivo e patrimônio líquido		870.129	575.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		36.970	63.856	52.902
Operações de crédito		36.689	62.399	50.834
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		281	1.457	2.068
Despesas da intermediação financeira		(19.872)	(33.729)	(26.938)
Operações de captação no mercado		(4.328)	(9.222)	(13.300)
Operações de empréstimos e repasses		(11.527)	(20.055)	(14.123)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.017)	(4.452)	485
Resultado bruto da intermediação financeira		17.098	30.127	25.964
Outras receitas/despesas operacionais		(8.164)	(15.049)	(12.438)
Receitas de prestação de serviços		82	160	162
Rendas de tarifas bancárias		1.636	2.623	1.838
Despesas de pessoal		(4.014)	(7.597)	(6.983)
Outras despesas administrativas	21	(4.311)	(7.592)	(6.083)
Despesas tributárias		(1.073)	(1.846)	(1.257)
Outras receitas operacionais		85	178	123
Outras despesas operacionais		(569)	(975)	(238)
Resultado operacional		8.934	15.078	13.526
Resultado não operacional		(1.793)	(1.835)	(359)
Receitas não operacionais		78	156	140
Despesas não operacionais		(1.871)	(1.991)	(499)
Resultado antes dos tributos		7.141	13.243	13.167
Tributos sobre o lucro	20.a	(3.163)	(4.877)	(5.120)
Provisão para imposto de renda		(2.767)	(4.346)	(3.326)
Provisão para contribuição social		(2.309)	(3.827)	(2.116)
Ativo fiscal diferido		1.913	3.296	322
Lucro líquido do semestre/exercício		3.978	8.366	8.047
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		137.899	137.899	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,029	0,061	0,101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	3.978	8.366	8.047
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	27	26	(10)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	49	49	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	(22)	(23)	6
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	4.005	8.392	8.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	3.978	8.366	8.047
Ajustes ao resultado:			
Constituição (reversão) de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	3.978	4.418	(490)
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	39	34	5
(Reversão) de provisão para outros créditos	-	-	(7)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	155	256	121
Constituição de provisão para outros pagamentos	300	600	-
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.795	1.795	253
Depreciações e amortizações	37	73	51
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	3.163	4.877	5.120
Juros sobre dívida subordinada	592	1.650	4.855
Atualização monetária de processos judiciais	(21)	(112)	-
Lucro líquido ajustado	14.016	21.957	17.955
Variações nos ativos e passivos	(7.549)	(68.026)	4.828
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(113)	(311)	(635)
(Aumento) em operações de crédito	(207.338)	(286.568)	(164.112)
(Aumento) em outros créditos	(7.528)	(6.512)	(1.090)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.729)	(1.733)	(1.408)
Aumento em depósitos interfinanceiros	58.591	33.386	85.646
Aumento em depósitos a prazo	22.420	30.806	21.836
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	25.908	25.908	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	95.977	130.456	63.655
Aumento em outras obrigações	6.140	5.709	786
Aumento em resultados de exercícios futuros	74	785	165
Ajustes de avaliação patrimonial	49	48	(15)
Impostos pagos sobre o lucro	(1.315)	(6.225)	(2.801)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	5.152	(52.294)	19.982
Aquisição de imobilizado de uso	(93)	(93)	(23)
Aquisição de intangível	(45)	(130)	(130)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(138)	(223)	(153)
Dividendos pagos	-	(1.910)	(2.310)
Juros periódicos sobre dívida subordinada pagos	(1.614)	(3.224)	(44.032)
Integralização de capital	-	60.000	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.614)	54.866	(46.342)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.400	2.349	(26.513)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	8.539	9.590	36.103
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	11.939	11.939	9.590
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.400	2.349	(26.513)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	75.000	1.544	2.674	25	-	79.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.047	8.047
Dividendos	-	-	-	-	(1.910)	(1.910)
Dividendos AGOE 30/04/2019	-	-	(1.732)	-	-	(1.732)
Destinações:						
Reserva legal	-	403	-	-	(403)	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.734	-	(5.734)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(10)	-	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638
Integralização de capital (Nota 19)	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.366	8.366
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)
Destinação:						
Reserva legal	-	418	-	-	(418)	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Saldos em 1º de julho de 2020	135.000	2.166	6.676	14	4.169	148.025
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.978	3.978
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)
Destinação:						
Reserva legal	-	199	-	-	(199)	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	27	-	27
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

O Banco está tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, o Banco não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração tomou medidas, em atendimento a Circular SUP/ADIG BNDES nº 11/2020 de 23 de março de 2020, o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da COVID-19. Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 8.h. A administração do Banco Randon S.A. continua com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Bens não de uso próprio

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil ou pelo valor justo de mercado, o que for menor, sendo o montante registrado em "Bens não de uso próprio".

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 10, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida nas demonstrações do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

o) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

q) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Em 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020 a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

r) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

s) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

t) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 20.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	2.299	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.578
Disponibilidades	9.640	7.012
Total	11.939	9.590

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

7. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação			31/12/2020	Valor de custo	Marcação a mercado	31/12/2019
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	11.587	-	11.587	11.588	(1)	11.276

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

8. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	21.755	2,61	5.972	1,10
Direitos creditórios descontados	39.183	4,71	19.354	3,58
Financiamentos (b)	763.702	91,73	514.703	95,11
Total	824.640	99,05	540.029	99,79
Circulante	525.593	63,13	353.762	65,37
Realizável a longo prazo	299.047	35,92	186.267	34,42
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	7.911	0,95	1.112	0,21
Total	7.911	0,95	1.112	0,21
Circulante	7.911	0,95	1.112	0,21
Total da carteira	832.551	100,00	541.141	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Comprovar (*Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:	820	0,10	9.103	1,68
A vencer:				
Até 90 dias	403.686	48,49	271.765	50,22
De 91 até 360 dias	128.998	15,49	74.006	13,68
Acima de 361 dias	299.047	35,92	186.267	34,42
Total a vencer	831.731	99,90	532.038	98,32
Total	832.551	100,00	541.141	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(6.824)	61,35	(5.309)	61,53
Realizável a longo prazo	(4.261)	38,30	(3.314)	38,41
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.085)	99,65	(8.623)	99,94
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(39)	0,35	(5)	0,06
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(39)	0,35	(5)	0,06
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.124)	100,00	(8.628)	100,00
Total da carteira líquida	821.427		532.513	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	27.167	3,26	26.996	4,99
20 maiores devedores seguintes	235.038	28,23	154.302	28,51
Demais devedores	570.346	68,51	359.843	66,50
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	-	-	512	-
A	0,50%	283.194	1.416	345.849	1.729
B	1,00%	516.040	5.160	177.684	1.777
C	3,00%	25.746	772	9.281	278
D	10,00%	138	14	675	68
E	30,00%	3.982	1.195	3.376	1.013
F	50,00%	1.733	866	-	-
G	70,00%	59	42	3	2
H	100,00%	1.659	1.659	3.761	3.761
Total		832.551	11.124	541.141	8.628

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	7.184	8.628	9.492
Constituição de provisão	7.180	12.847	9.175
Reversão de provisão	(3.163)	(8.395)	(9.660)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(77)	(1.956)	(379)
Saldo final	11.124	11.124	8.628

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	633.899	76,14	392.259	72,49
Operações pós-fixadas	198.652	23,86	148.882	27,51
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	40.847	4,90	21.269	3,93
Comércio	314.527	37,78	211.891	39,16
Serviços	468.612	56,29	305.970	56,54
Pessoa jurídica	823.986	98,97	539.130	99,63
Pessoa física	8.565	1,03	2.011	0,37
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

g) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$1.876 (R\$ 3.263 em 31 de dezembro de 2019).

- h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram renegociadas operações no total de R\$279.260 (R\$2.723 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Do montante total renegociado no exercício de 2020, R\$ 245.468 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nr.11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função da COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.
- i) Cessões de crédito

No primeiro semestre de 2019, o Banco Randon cedeu através de cessão de créditos, sem coobrigação, o montante de R\$1.752 a terceiros. A operação cedida gerou resultado de R\$200 durante o período, computados como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

No exercício de 2020, o Banco Randon adquiriu através de cessão de direitos creditórios, R\$7.911 (R\$1.112 no exercício de 2019) em duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, sem coobrigação (Nota 8.a). As operações adquiridas geraram resultado de R\$77 no período (R\$4 no exercício de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

9. Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos diversos	241	159
Adiantamentos diversos	106	57
Devedores diversos – país	12	-
Depósitos judiciais (Nota 15)	123	102
Outros valores e bens	16.852	16.914
Bens não de uso próprio (a)	16.653	16.873
Despesas antecipadas	199	41
Total	17.093	17.073
Circulante	16.970	16.971
Realizável a longo prazo	123	102

- a) Bens não de uso próprio

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	18.701	(2.048)	16.653	16.873
Total	18.701	(2.048)	16.653	16.873

Os ativos circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

10. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2020			31/12/2019	
	Custo corrigido	Depreciação /amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais depreciação /amortização % (*)
Mobiliário	262	(216)	46	59	15,5%
Equipamentos de processamento de dados	228	(145)	83	81	35,7%
Equipamentos de comunicação e segurança	117	(37)	80	13	19,5% e 25,2%
Imobilizado de uso	607	(398)	209	153	
Sistemas de processamento de dados	408	(163)	245	149	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	1	
Intangível	585	(340)	245	150	49,3%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2020, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

11. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 183% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (35% a 120% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Além disso, existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxa de 6,8% ao ano. Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2020					Total	Total
	Circulante		Exigível a longo prazo				
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total		
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032	
A prazo	1.838	25.121	11.958	102.939	140.018	141.856	
Total	103.615	42.376	11.958	102.939	157.273	260.888	

	31/12/2019					Total	Total
	Circulante		Exigível a longo prazo				
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total		
Interfinanceiros	85.646	-	-	-	-	85.646	
A prazo	17.127	49.622	1.132	43.168	93.922	111.049	
Total	102.773	49.622	1.132	43.168	93.922	196.695	

12. Obrigações por emissão de letras financeiras

	31/12/2020		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
Total	25.908	-	25.908

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A LTEL-LFG no valor de R\$25.900, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, possui correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% a.a. fixado pelo Banco Central do Brasil.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2025.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 5,81% a.a. a 6,65% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 4,25% a.a. a 4,36% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 3,25% a.a. a 3,35% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	31/12/2020				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
Total	27.488	87.187	114.675	238.605	353.280

	31/12/2019				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – FINAME	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824
Total	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824

14. Dívida subordinada

	31/12/2020		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
Total	4	60.000	60.004

	31/12/2019		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira subordinada	1.578	60.000	61.578
Total	1.578	60.000	61.578

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 9 de julho de 2019 houve o pagamento de juros acumulados no montante de R\$44.032, e durante o exercício de 2020 o montante de R\$ 3.224.

15. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Natureza	Provável		31/12/2020 Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Cível						
Indenizatória	-	-	1	1	-	-
Execução	-	-	-	-	-	-
Trabalhista	683	4	534	2	123	10
Total	683	4	535	3	123	10

Natureza	Provável		31/12/2019 Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Possível		Valor	Quantidade
			Valor	Quantidade		
Cível						
Indenizatória	3	1	1	1	-	-
Execução	-	-	-	-	15	1
Trabalhista	424	4	480	1	87	7
Total	427	5	481	2	102	8

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo
Depósitos judiciais (Nota 9)	-	123	-	102
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	683	3	424

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	427	306
Constituição de provisão	259	233
Reversão de provisão	(3)	(112)
Saldo final	683	427

16. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.442	4.169
Impostos e contribuições diferidos	55	14
Saldo final	6.497	4.183

17. Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores e outros credores diversos (a)	5.800	171
Salários e encargos	834	721
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7	536
Fiscais e previdenciárias (b)	862	565
Sociais e estatutárias	2.576	2.308
Outras obrigações diversas (c)	656	49
Total	10.735	4.350
Circulante	10.602	4.350
Exigível a longo prazo	133	-

(a) Refere-se a repasse de recursos FINAME e outros fornecedores.

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

18. Resultado de exercícios futuros

	31/12/2020	31/12/2019
Comissão por financiamento	2.091	1.306
Total	2.091	1.306

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compro (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$135.000 (R\$75.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias	68.949.435	39.823.221
Preferenciais	68.949.435	39.823.221
Total	137.898.870	79.646.442

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 15 de maio de 2020, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.910, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2020, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2019.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.910	578
Dividendos complementares provisionados	-	1.732
Dividendos provisionados	1.987	1.910
Pagamentos realizados no exercício	(1.910)	(2.310)
Saldo atual no exercício	1.987	1.910
Dividendo por lote de mil ações - R\$	0,014	0,024

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2020.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2020 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. Em 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.141	13.243	13.167
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (I)	(3.214)	(5.878)	(5.267)
Adições permanentes	(20)	(53)	(51)
Exclusões permanentes	106	200	176
Outros ajustes (II)	(35)	854	22
Total	(3.163)	(4.877)	(5.120)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(5.074)	(8.167)	(5.437)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(2)	(6)	(5)
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.913	3.296	322
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(3.163)	(4.877)	(5.120)
Alíquota efetiva	44,29%	36,82%	38,89%

- (I) A alíquota da contribuição social foi reduzida para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. A partir de março de 2020 a alíquota foi majorada para 20%.
- (II) Do montante de R\$854 de outros ajustes no exercício de 31 de dezembro de 2020, R\$332 refere-se a ganho conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldo em 01/01/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Adições temporárias				
PCLD	3.336	4.956	(4.840)	3.452
Receitas diferidas	456	7.051	(6.985)	522
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	222	(222)	-
Provisão para riscos trabalhistas	121	49	-	170
Outros	5	147	(50)	102
Ativo fiscal diferido	3.918	12.425	(12.097)	4.246
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	17	-	(6)	11

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias				
PCLD	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	340	(265)	75
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	170	138	-	308
Outros	1	275	(4)	272
Ativo fiscal diferido	4.246	17.568	(14.261)	7.553
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	11	1	(12)	-

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	526
2021	2.178	1.883
2022	2.056	1.837
2023	3.287	-
2024	15	-
2025	17	-
Mais de 5 anos	-	-
Total	7.553	4.246

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 2,88% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$7.108 (R\$3.770 em 31 de dezembro de 2019 à taxa de 5,32% a.a.).

21. Outras despesas administrativas

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de processamento de dados	1.666	2.855	2.241
Despesas de serviços técnicos especializados	1.395	2.350	1.758
Participação dos empregados	414	753	556
Despesas de contribuições filantrópicas	209	392	144
Despesas de serviços do sistema financeiro	157	338	322
Despesas de aluguéis	84	165	168
Despesas de comunicação	60	120	126
Despesas de promoções e relações públicas	74	102	136
Despesas de viagens no país	32	96	247
Outras despesas administrativas	220	421	385
Total	4.311	7.592	6.083

22. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo						Passivo					
	Outros créditos		Outros créditos		Outros créditos		Outros créditos		Outros créditos		Outros créditos	
	Diversos (Nota 8.a)		Provisão (Nota 8.b)		Diversos		Depósitos a prazo		Dívida Subordinada (Nota 14)		Bônus por financiamento (*)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	1.229	1.112	(6)	(5)	-	-	(831)	(64.749)	(60.004)	(61.578)	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	-	-	(46.101)	(10.939)	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	3.372	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freios Control Ltd.	1.207	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	298	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	1.805	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.091)	(1.306)
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-	(1.605)	-	-	-	-
Total	7.911	1.112	(39)	(5)	12	-	(46.932)	(77.293)	(60.004)	(61.578)	(2.091)	(1.306)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan) e CDC (Nota 18)

	Resultado Despesa							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	(760)	(5.236)	(1.651)	(4.855)	(1.034)	(1.025)	(6)	(5)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(707)	(171)	-	-	(683)	(285)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	8	(2)	-	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(2)	(2)	(9)	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(2)	(1)	(17)	-
Dramd Participações e Administração Ltda.	-	-	-	-	6	-	-	-
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-
Pessoas físicas	(32)	(65)	-	-	-	-	-	-
Total	(1.499)	(5.472)	(1.651)	(4.855)	(1.710)	(1.315)	(39)	(5)

	Resultado Receita							
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Rendas de operações de crédito		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	97	113	11	4	5	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	7	3	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	5	6	2	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	11	9	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	16	15	16	-	-	-
Fras-le S.A.	-	-	10	8	-	-	-	-
Freios Controil Ltda.	-	-	4	3	11	-	-	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	3	1	30	-	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-
Empresas Randon	18.641	17.443	-	-	-	-	-	-
Total	18.641	17.443	153	159	70	4	5	-

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.674 (R\$1.714 em 31 de dezembro de 2019), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 são representados por R\$201 (R\$195 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 26.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

23. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

24. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	229.654	151.181
Nível I (NI)	205.653	114.234
Capital Principal (CP)	205.653	114.234
Capital social	165.000	105.000
Reservas de capital	43.368	10.654
Lucros acumulados	-	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	418	166
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(3.133)	(1.586)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	24.002	36.947
Dívida subordinada	24.002	36.947
Ativos ponderados pelo risco	1.328.242	1.006.606
Risco de crédito	968.177	666.684
Risco de mercado	4.707	12.650
Risco operacional	355.358	327.272
Risco de taxa de juros da carteira bancária	4.213	2.590
Margem de capital (*)	123.395	70.652
Índice de Basileia	17,29%	15,02%
Capital Nível I	15,48%	11,35%
Capital Principal	15,48%	11,35%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

25. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nos 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As tabelas aplicáveis ao Banco Randon do Relatório de Pilar 3 encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Banco são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou essa variável em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

26. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2020 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$252 (R\$189 em 2019). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2020 é de R\$44 (R\$36 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	2020	2019
Despesa líquida com benefícios		
Custo do serviço corrente	3	3
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(2)	(4)
Receita de juros sobre ativos do plano	(46)	22
Juros sobre o superávit irre recuperável	-	-
Custo do benefício definido no resultado	(45)	21
Rendimento real dos ativos do plano	(42)	18

Ativo (passivo) de benefícios

	2020	2019
Obrigações com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(29)	(27)
Valor justo dos ativos do plano	33	57
Ativo de benefícios	4	30

No exercício de 2020, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2019	(27)
Custo de juros	(2)
Custo do serviço corrente	(3)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	3
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2020	(29)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	57
Retorno real dos investimentos	50
Transferências	(79)
Contribuição do empregador	5
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	33

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Instrumentos financeiros de renda fixa	33	25
Outros	-	32
	<u>33</u>	<u>57</u>

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	%	%
Taxa nominal de desconto	6,72	6,99
Taxa nominal de crescimento salarial	5,52	6,08
Taxa nominal de crescimento de benefícios	3,25	3,80

Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício

Pagamento de benefícios esperados até 31 de dezembro de 2021	2
Pagamento de benefícios esperados após 1º de janeiro de 2022	28
Total	30

Análise de sensibilidade da premissa significativa "taxa de desconto":

<u>Premissa significativa</u>	<u>Valor presente da obrigação (31/12/2020)</u>	<u>1% Aumento - efeito no VPO</u>	<u>1% Redução - efeito no VPO</u>
Taxa de desconto (em 31 de dezembro de 2020 – 6,72%)	<u>28</u>	<u>2</u>	<u>(2)</u>

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 7,72%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 5,72%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$10.514 para danos materiais (R\$10.540 em 31 de dezembro de 2019).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Ademar Salvador

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Jaime Marchet

Diretor Comercial: Augusto Giongo Letti

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1